

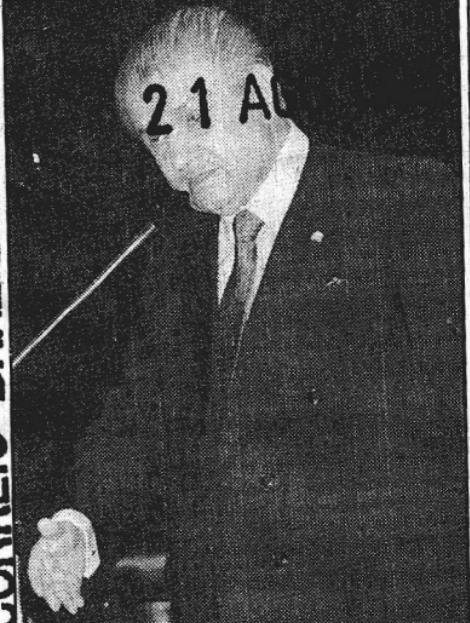
# Fritsch quer base mais ampla no Congresso

O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Winston Fritsch, definiu ontem como condição essencial para o combate à inflação a formação de uma base para sustentação política do Governo no Congresso. O objetivo é, através dessa base política, garantir a aprovação do ajuste fiscal, com a aprovação do orçamento de 1994 e da revisão constitucional. A estratégia, segundo Fritsch, será conseguir já na votação do regimento da revisão constitucional que sejam colocados como prioritários os pontos que o Governo quer (reforma da Previdência Social, reforma tributária e competências concorrentes com os estados e municípios). "Sem a revisão desses pontos, será difícil não termos a hiperinflação", advertiu.

A articulação do Governo para a formação dessa base política está sendo conduzida, na área econômica, pelo próprio ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. Fritsch acha que a base pode ser formada por três partidos: PMDB, PSDB e PFL. Ele negou a existência de um **timming** que estaria sendo exigido pelo líder do PMDB, deputado Genebaldo Correia. "Notei o desconforto com uma inflação de 32 por cento", relatou o secretário sobre seu último encontro com Genebaldo.

**Apelo** — O líder do PMDB no Senado, Mauro Benevides

CORREIO BRAZILIENSE



## Benevides pede medidas duras

(CE), fez um apelo ao Governo para que adote medidas eficazes e imediatas contra a inflação. "O País não pode continuar convivendo com uma inflação de 32 por cento", advertiu. Benevides avisou que as lideranças políticas não querem medidas paulatinas, reconheceu que as políticas de combate à escalada de preços mostraram-se ineficazes e enumerou as iniciativas do Executivo que obtiveram o apoio do Congresso. Entre elas, citou a criação do IPMF, o corte de 6 bilhões de dólares no orçamento da União deste ano e, mais recentemente, a política salarial.

Segundo Benevides, essas medidas foram definidas pelo Governo como necessárias ao combate à inflação e, portanto, agora o Executivo precisa tomar as iniciativas concretas nessa direção. "A ação do Governo deve ser imediata, para que o Congresso e a sociedade se sintam reconfortados pelo apoio que vêm lhe dando", disse.